

Disclaimer: *In the interest of making our publishing program as inclusive as possible, the editors of the Oxford Research Encyclopedia of Education are pleased to offer this article in Portuguese. Although the scholarly content of the entry was reviewed and revised in its original language, only the translated English-language version has been approved for publication and copy edited. Any errors in grammar or usage are not intended.*

ARCHIVES AND QUALITATIVE RESEARCH IN EDUCATION (FROM FOUCAULT AND BOURDIEU'S APPROACHES)

Dora Marín-Díaz¹
Flávia Schilling²
Julio Groppa Aquino³

RESUMO

O presente texto centra-se na proposta de emprego de arquivos nos estudos educacionais de base qualitativa. Partindo do pressuposto de que, nesse âmbito, diferentes caminhos se dispõem ao pesquisador, toca-nos indagar: Como selecionar fontes relevantes, com vistas ao delineamento de abordagens singulares das problemáticas em foco. Mais especificamente, como operar a construção dos arquivos na pesquisa qualitativa em educação. Para tanto, o texto recorre inicialmente à noção de imaginação sociológica proposta por Wright Mills, em articulação com a perspectiva da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, para quem construção do objeto de investigação dá-se a partir do sistema de relações objetivas. Em seguida, ganha destaque a perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault, para quem o arquivo é a lei que rege o surgimento dos enunciados.

Em ambos os casos, trata-se de o pesquisador tornar-se capaz de captar determinadas inflexões da própria atualidade na superfície do que se diz, descrevendo criticamente o funcionamento discursivo em torno da problemática investigada segundo sua dispersão entre diferentes práticas, estas responsáveis por doar forma aos objetos a que o pesquisador se dedica.

Antes de se configurar propriamente como uma metodologia, a ideia de arquivo aqui defendida, sem nenhuma intenção prescritiva, aponta para uma maneira específica de conduzir o trabalho investigativo de orientação qualitativa, franqueando-lhe originalidade e rigor crítico.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa qualitativa; arquivos; procedimentos investigativos; fontes investigativas; sociologia reflexiva; arqueogenealogia.

INTRODUÇÃO

A pesquisa educacional de base qualitativa parece correr em um fio de navalha: se, por um lado, os modos de investigação presentes, quando dispostos em seu conjunto, abarcam uma vasta gama de possibilidades teóricas, técnicas e metodológicas, por outro, é patente a dispersão dos aportes argumentativos aí mobilizados, oriundos de tradições epistemológicas nem sempre afins ou congruentes. Assim, o paradoxo que designa a coexistência de formas tão díspares de efetuação da prática da pesquisa qualitativa em educação parece materializar a evidência de que a fecundidade propiciada pela heterogeneidade da produção investigativa no campo educacional pode, de algum modo, abarcar certa ambiguidade epistemológica.

Tendo em vista o fato de que não é possível determinar previamente nenhum tipo de constância ou estabilidade às eleições argumentativas dos estudos, o divisor de águas parece apontar para o manuseio analítico dos materiais operado pelos pesquisadores.

¹ Faculdade de Educação/Universidad Pedagógica Nacional-UPN (Colômbia).

² Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo-USP (Brasil).

³ Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo-USP (Brasil).

Disso decorre que, quando se trata da pesquisa educacional de orientação qualitativa, é preciso cultivar um pronunciado zelo procedimental, sob pena de o saldo analítico das investigações se reduzir a uma mera compilação das informações obtidas junto às fontes empíricas ou, no limite, a uma justaposição automática de determinados crivos conceituais desnivelados em relação a tais fontes.

Convém esclarecer que as ponderações anteriores não visam a uma mirada de conjunto da pesquisa de base qualitativa em educação, e também não são o resultado de nenhum estudo detalhado desenvolvido com esse propósito, por exemplo, de um possível estado da arte sobre o tema. Nossa intenção, bem mais modesta, circunscreve-se à tematização de um tipo de abordagem, a nosso ver, promissora no que diz respeito ao lastro empírico da ação investigativa, fundamentada, por sua vez, na premissa de que os objetos de pesquisa aos quais nos devotamos não são automaticamente deduzíveis das fontes selecionadas, mas efetivamente construídos a partir delas. Trata-se, assim, de uma mirada exploratória centrada na noção de arquivo, tomado como objeto e, ao mesmo tempo, procedimento investigativo.

Para tanto, o presente texto mobiliza duas entradas argumentativas com vistas à discussão sobre a construção de arquivos nos estudos de base qualitativa. Partindo do pressuposto de que, nesse âmbito, diferentes caminhos se dispõem ao pesquisador, toca-nos indagar: Como selecionar fontes relevantes, com vistas ao delineamento de abordagens singulares das problemáticas em foco? Mais especificamente, como operar a pesquisa qualitativa em educação tendo como horizonte a construção dos arquivos sob investigação?

O ponto de partida das reflexões do presente texto consiste na retomada da ideia de imaginação sociológica proposta por Wright Mills, em articulação com a perspectiva da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu e, especialmente, sua proposta de construção do objeto de investigação a partir do sistema de relações objetivas. Em seguida, ganha destaque a perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault, para quem o arquivo é a lei que rege o surgimento dos enunciados. Quando avizinhas, ambas as frentes teóricas – resguardadas suas diferenças – findam por possibilitar uma abordagem fecunda do labor investigativo no campo educacional.

A perspectiva sociológica: Mills e Bourdieu

Recuperar o debate já clássico sobre a constituição dos arquivos na pesquisa qualitativa pressupõe uma atenção focal ao material a ser analisado. Mais especificamente: Quais as balizas para a construção do objeto e sua problematização nessa etapa investigativa em que há, aparentemente, uma miríade de possibilidades?

Recorremos inicialmente a algumas ideias de Charles Wright Mills (1982) e, em seguida, de Pierre Bourdieu (2004; 2007). Na esteira do pensamento de ambos os sociólogos, decalca-se a premissa de que o arquivo investigativo não é dado de antemão, mas construído *pari passu* ao próprio trabalho do investigador.

No caso do primeiro pensador, em sua obra *A imaginação sociológica* e especificamente no capítulo intitulado *Do artesanato intelectual*, Wright Mills apresenta a pesquisa em ciências sociais como um ofício, formulando orientações acerca da lida com a coleta e o manuseio dos materiais investigativos.

A primeira atitude proposta por Mills é a de não dissociar o trabalho da própria vida. É preciso, segundo ele, aprender a se valer da experiência de vida no trabalho, uma vez que “ter experiência significa que seu passado influi e afeta o presente, e que define sua capacidade de experiência futura” (Mills, 1982, p. 212). O que mobiliza inicialmente o pesquisador é aquilo que faz sentido para ele, que o inquieta e o comove. O sociólogo considera que a pesquisa se inicia quando desponta uma inquietação sobre determinado problema. Nesse momento, o sujeito estará em plena operação investigativa conquanto estiver atento àquilo que o cerca, compilando notícias, livros e textos esparsos sobre o tema.

A segunda atitude evocada por Mills é a de desenvolver o hábito da escrita. Assim, deve-se registrar tudo aquilo que se apreende em um primeiro olhar sobre o

problema investigativo. Trata-se de “manter desembaraçada a mão” (Mills, 1982, p. 213), com o propósito de conquistar uma atitude confiante e cética em relação ao material coletado. As notas tomadas no decorrer do processo serão, assim, fundamentais para a composição da produção da pesquisa.

A terceira atitude é a de perguntar. Trata-se de estabelecer quais materiais o pesquisador deve priorizar dentre aqueles que estão em jogo na tessitura do arquivo. Esse é um dos problemas mais recorrentes no trabalho dos pesquisadores: O que ele tem exatamente em suas mãos? Qual o recorte necessário do arquivo, sempre em proliferação? Como tornar o arquivo viável, em razão da pergunta-base que ele persegue? Como tornar o arquivo suficientemente operacional para que sirva de guia, ajudando o pesquisador a não se confundir? É nesse momento que se torna crucial percorrer o estado da arte sobre a temática em foco, verificando quem fala a partir de quais regiões teóricas, quais as pesquisas empíricas afins e seus escopos específicos etc., para que, a partir daí, o pesquisador possa eleger qual será o seu lugar autoral entre os demais autores. No entanto, Mills (1982, p. 231) adverte:

Um dos sentidos da expressão “estar a par com a literatura” é ser capaz de localizar os adversários e amigos de todo ponto de vista existente. Incidentalmente, não é muito aconselhável se impregnar demasiado da literatura – podemos afogar-nos nela, como Mortimer Adler. Talvez o importante seja saber quando devemos e quando não devemos.

Faz-se necessário, portanto, categorizar o arquivo, elaborando notas sobre os autores que se pretende seguir e também sobre aqueles com os quais se quer debater, bem como sobre proposições relevantes de autores diversos. Nesse momento, há uma precaução basilar: Quais autores e trabalhos devem ser levados em conta? Há um certo descuido nas listagens bibliográficas que tendem a confirmar apenas autores consagrados, desprezando novas abordagens. Ou, em outras pesquisas, nota-se o contrário: o abandono de autores clássicos, que poderiam ter informado de maneira decisiva o debate que se trava em torno do objeto. É preciso, portanto, enveredar por outras fontes, olhando com atenção o que foi produzido recentemente, e retomar com rigor e profundidade o uso de determinados autores para não incorrer no risco de usá-los como adorno ou como meros legitimadores das análises propostas.

Mills é taxativo: não se deve isolar nas leituras acadêmicas. Trata-se de usar a imaginação sociológica que abre as portas ao que é original e inusitado: “A imaginação é levada, com frequência, a reunir itens até então isolados, descobrindo ligações insuspeitadas” (Mills, 1982, p. 217). Sem desprezar materiais à primeira vista secundários, estabelecer novas vizinhanças significa reunir aquilo que antes se apresentava como separado ou improvável de ser combinado. Apenas desse modo Mills considera que se pode atingir o que considera um bom trabalho em ciência social, o qual ultrapassa uma pesquisa teórica ou empírica bem delineada: “Compõe-se, antes, de muitos estudos bons, que em pontos-chave encerram observações gerais sobre a forma e a tendência do assunto” (Mills, 1982, p. 218). É o arquivo constituído e reconstituído, portanto, que permite que formulações gerais hipotéticas sejam estabelecidas. Estas combinam os achados teóricos e empíricos, permitindo que surja uma nova abordagem.

Com efeito, opera-se de acordo com as seguintes etapas: seleção de elementos e conceitos oportunos para compor uma questão específica de pesquisa; estabelecimento de relações lógicas entre tais conceitos e elementos, que ajudem a construir pequenos modelos (hipóteses iniciais sobre a questão); eliminação de falsas opiniões que fazem parte do problema de pesquisa⁴; e formulação e reformulação de questões que de fato perdurem.

A partir dos arranjos e desarrajos do arquivo, isto é, sua transformação em matéria viva que permite formular ligações insuspeitas, Mills destaca algumas técnicas

⁴ Trata-se das noções pré-construídas que cercam qualquer objeto de pesquisa e que tomam parte constitutiva de sua construção como objeto social (Lenoir, 1998).

simples que podem estimular a imaginação sociológica. Esta consiste em atingir conexões mais gerais com o contexto social. “Há um certo estado de espírito alegre atrás dessa combinação” (Mills, 1982, p. 228), o qual permite que o pesquisador, nos exercícios de recombinação do arquivo, seja capaz de forjar nexos lógicos entre elementos que antes estavam separados. Assim, a imaginação requer: a reconstrução constante do arquivo; uma atitude lúcida em relação aos modos como as noções prévias são definidas; uma nova classificação das técnicas usadas para a invenção das classificações, dos quadros e dos diagramas utilizados; a ativação de vários pontos de vista, de um extremo a outro; e, por fim, uma percepção comparada do material em termos espaciais e temporais, uma vez que “certo conhecimento de história é imprescindível ao sociólogo” (Mills, 1982, p. 232).

Além das etapas descritas, é preciso assinalar um último elemento concernente ao uso de arquivos: a linguagem que é empregada na argumentação investigativa. Mills propõe que sejam respondidas três perguntas fundamentais: Qual é a complexidade do assunto que escolhi? Quando escrevo, qual *status* concedo a mim? E para quem procuro escrever? A linguagem deve ser clara, pois escrever implica evitar o risco de se tornar “um som anônimo num grande salão vazio” (Mills, 1982, p. 238).

A ideia principal, aqui, é a de se abster da verbosidade e dos conceitos obscuros advindos de construções trans-históricas e sub-históricas. Trata-se, por um lado, de não parar de pensar demasiado cedo, nem, por outro, de prolongar as leituras de forma interminável. Há um momento oportuno de arriscar hipóteses, isto é, de estabelecer relações entre as dimensões micro e macrossocial, sem se encerrar em especializações.

Trata-se, ainda, de nunca abrir mão da autonomia moral e política com relação às questões públicas ou com as preocupações das vidas individuais:

Os problemas da ciência social, quando formulados adequadamente, devem incluir tanto as preocupações como as questões, a biografia e a história, e o âmbito de suas relações complexas [...] e dentro desse âmbito a imaginação sociológica tem sua possibilidade de influir na qualidade da vida humana de nossa época (Mills, 1982, p. 243).

De modo confluyente às ponderações de Wright Mills, Pierre Bourdieu (2004) retoma os desafios metodológicos e epistemológicos que envolvem essa forma de pensar das ciências sociais, desenvolvendo uma série de reflexões, entre as quais se inclui a ideia da pesquisa como ofício. O marco de tal produção são os seminários de pesquisa que ofereceu, nos quais são forjados os rudimentos de uma nova forma de compreender a pesquisa social, com vistas a constituir um *habitus* científico a partir da verificação de como se processa o trabalho de pesquisa *in loco*. Em suma, como se dá o ofício de pesquisador.

O sociólogo que procura transmitir um *habitus* científico parece-se mais com um treinador desportivo de alto nível do que com um professor da Sorbonne [...] Ele procede por indicações práticas, assemelhando-se nisso ao treinador que imita um movimento (“no seu lugar, eu faria assim...”) (Bourdieu, 2004, p. 23).

O objetivo a ser alcançado no trabalho da pesquisa é descrito pelo sociólogo como: “O cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de por em jogo ‘coisas teóricas’ muito importantes a respeito de objetos ditos ‘empíricos’ muito precisos, frequentemente menores em aparência, e até mesmo um pouco irrisórios” (Bourdieu, 2004, p. 20). Trata-se de trabalhar com a apresentação e a crítica dos objetos como se fossem “evidências”. Daí o arquivo como matéria fundamental para a crítica aos objetos pré-construídos. Destarte, sua proposta será balizada por dois princípios ou precauções metodológicas:

Em primeiro lugar: *pensar relacionamente*. Trata-se de evitar a separação entre teoria e metodologia. A esse respeito, Bourdieu assinala que as opções técnicas são inseparáveis das opções teóricas de construção do objeto. Em virtude disso, tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados se impõe. Em outras palavras, “é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de

pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova” (Bourdieu, 2004, p. 24). Trata-se de um gesto fundamental: interrogar a própria definição de evidência que cerca os objetos analíticos. O que conta é a construção destes, sejam aqueles desprezados pelas ciências sociais e construídos como objetos científicos relevantes, sejam o oposto, isto é, os grandes objetos tomados a partir de ângulos imprevistos.

Assim, o arquivo destina-se a problematizar o trabalho social de construção de determinados objetos pré-construídos, ou seja, como se apresentam no senso comum e no senso comum douto. Isso porque há, a partir do que chama de “fetichismo da evidência” (Bourdieu, 2004, p. 24), a ideia de que o dado é o *concreto*, quando, ao contrário, se trata de uma abstração que não se reconhece como tal. Na esteira do trabalho de construção dos objetos de análise da pesquisa, é preciso elaborar um arquivo múltiplo e heterogêneo, o qual deverá ser manejado com o máximo cuidado. Nesse sentido, o sociólogo alerta para que não se confunda rigidez com rigor, pois se trata de trabalhar na pesquisa com liberdade extrema, porém com igual vigilância. A construção do objeto é, portanto, um trabalho de grande fôlego, o qual “se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas” (Bourdieu, 2004, p. 27).

No contato do pesquisador com as teorias existentes, a construção dos objetos remete ao preceito de lutar contra as percepções substancialistas do mundo social, pensando-o em termos relacionais. Dessa forma, os objetos são articulados segundo os âmbitos micro e macro, a reboque das grandes linhas de força atuantes no campo. Ou seja, ao pesquisador compete situar o objeto de pesquisa em sua concretude e em suas relações mais amplas, naquilo que ele tem de singular e naquilo que nele é generalizável. Para o exercício desse tipo de pensamento, novamente se destaca a importância de um arquivo que, embora circunscrito ao presente, seja capaz de comportar relações efetivas com outros momentos históricos e outras sociedades.

Em segundo lugar: *uma dúvida radical*. O que guia o trabalho de problematização, do pensar relacionalmente e de estipular os objetos com suas noções pré-construídas, define a atitude da dúvida radical. Esta permite romper com o senso comum que cerca os objetos. Porém, cabe perguntar: Como operar um afastamento se estamos imersos, como quaisquer uns, nos problemas/ questões que pretendemos estudar? A proposta de Bourdieu é, então, a de pensar o próprio pensamento. Um dos instrumentos mais poderosos para efetuar a suspensão das formas enraizadas de pensar determinada questão é a história social dos problemas: “A história concebida assim não está inspirada por um interesse de antiquário, mas sim preocupada em compreender porque se compreende e como se compreende” (Bourdieu, 2004, p. 37). Trata-se então de situar a história social da emergência de determinados problemas/questões, da sua constituição progressiva, do trabalho coletivo existente para que se tornassem fatos “legítimos, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais” (Bourdieu, 2004, p. 37). A história da emergência de uma questão como um fato social foi objeto de lutas, deliberações, organizações e disputas que deslocaram aquilo que era privado para a arena pública, para que se constituísse como um problema comum. Essa emergência é então acompanhada por uma discursividade que a determina, muitas vezes dominada pelos *experts*. Daí o axioma segundo o qual o campo da linguagem é o lugar das disputas entre noções pré-construídas.

O levantamento de como cada questão que nos interessa na pesquisa é *falada* torna-se uma ocasião decisiva para pensar o próprio pensamento. Trata-se de um campo de reflexividade que, parafraseando Mills, exige uma confiança cética no arquivo. Porém, há um perigo aí: o de substituir a doxa ingênua do senso comum pela doxa do senso comum douto. Bourdieu sugere que, para se furtar a tal perigo, é necessário combinar uma cultura douta e uma certa revolta contra essa cultura, acarretando uma forma de resistência às representações legitimadas pelo discurso socialmente

dominante. O objetivo é o nascimento de um novo olhar, precisamente sociológico. Eis é o gesto que fundaria uma sociologia reflexiva, isto é, uma sociologia da sociologia.

A título de síntese dos posicionamentos de Mills e de Bourdieu sobre o que se entende por arquivo, talvez seja pertinente salientar o fato de que sua construção comporta uma crítica radical sobre as formas como se apresentam os objetos sociais (Lenoir, 1998). Disso decorre que, no âmbito da pesquisa qualitativa, faz-se necessário: perceber que os objetos são relacionais, não se apresentando de modo autônomo; lidar criticamente com as noções pré-construídas; tomar tais noções como representações coletivas, as quais comportam conflitos e disputas; traçar os contornos da emergência histórica de determinado problema/questão social; contextualizar o tipo de discurso que acompanha sua formulação, permitindo compreender os limites no interior do qual os objetos são falados, bem como os grupos, instituições, atores sociais responsáveis por impor sua visão sobre o tema escolhido pelo pesquisador.

Sem a pretensão de que se constituam em modelos, o que seria contraditório com o exposto anteriormente, mencionamos alguns trabalhos que deram conta da constituição de arquivos heterogêneos e provenientes de diversas fontes, permitindo uma mirada problematizadora sobre os objetos em questão, no caso, as representações sobre a infância, a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo e a emergência do discurso sobre a diferença – especificamente, diversidade e multiculturalismo – em documentos de políticas públicas de educação (Schilling; Ferreira, 2016; Schilling; Magalhães, 2012; Kowalewski, 2017).

Trata-se de trabalhos de pesquisa que percorreram notícias de jornais de grande circulação, discursos acadêmicos sobre as temáticas e documentos de políticas públicas nacionais e internacionais. A heterogeneidade das fontes permitiu experiências diferenciadas de análise qualitativa dos materiais eleitos, constituindo arquivos multifacetados e densos, que se revelaram imprescindíveis para perceber regularidades na construção de determinada possibilidade de compreensão do objeto; regularidades que poderiam impedir a percepção de outras possibilidades de aparecimento – e assim, de intervenção – sobre as questões-objeto das pesquisas.

A perspectiva arqueogenealógica: Foucault e o arquivo

De modo distinto, mas em vários aspectos congruente com a mirada sociológica de Bourdieu, Michel Foucault ocupou-se intensivamente do domínio do arquivo, sobretudo em *Arqueologia do saber*.

Para o pensador, o arquivo não é nem o conjunto de documentos considerado como a memória ou o testemunho do passado de um grupo ou de um indivíduo, nem o aparato ou a organização institucional onde os documentos são conservados. Para ele, “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault, 1987, p. 149).

Compreendida dessa maneira, a noção de arquivo encontra uma diferença fundamental não apenas em relação à pesquisa de corte sociológico, tal como concebida por Mills e Bourdieu, mas também quanto aos modos de tratamento dos documentos e ao lugar que eles ocupam na processualidade de uma investigação de cunho qualitativo. Isso porque admitir que o arquivo é um tipo de regra que preside o surgimento dos enunciados supõe um modo adversativo na condução de investigações que se valem de documentos produzidos em outros momentos históricos ou como resultado de técnicas presenciais como entrevistas, observações, grupos focais etc.

Nessa medida, o arquivo é constituído por duas dimensões inseparáveis: uma de lente (perspectiva) e outra de procedimento (construção). A primeira dimensão implica conceber o arquivo como as regras que definem

os limites e as formas da *decibilidade* (do que é possível falar, o que foi constituído como domínio discursivo, que tipo de discursividade possui esse domínio), os limites e as formas de *conservação* (que enunciados estão destinados a ingressar na memória dos homens, pela recitação, a pedagogia, o ensino; que enunciados podem ser reutilizados), os limites e as formas de memória tal como aparecem em cada formação discursiva (que enunciados reconhece como válidos, discutíveis ou inválidos; que enunciados reconhece como próprios e quais como

estranhos), os limites e as formas de *reativação* (que enunciados anteriores ou de outras culturas retêm, valoriza ou reconstitui; a que transformações, comentários, exegeses e análises os submete), os limites e as formas de *apropriação* (que indivíduos ou grupos tem direito a determinada classe de enunciados, como define a relação do discurso com o seu autor; como se desenvolve entre as classes, as nações ou as coletividades a luta para encarregar-se dos enunciados) (Castro, 2009, p. 43).

O arquivo como lente supõe, assim, uma forma particular de se endereçar aos discursos. O arquivo não é exclusivo de uma ou outra pesquisa específica; ele pertence a uma época e corresponde a uma formação discursiva, atendendo às condições históricas que tornaram possíveis a emergência, a circulação, a transformação ou mesmo o desaparecimento de determinados enunciados, os quais inevitavelmente deverão ocupar a atenção do pesquisador interessado na abordagem qualitativa. O arquivo, segundo Foucault (2008b, p. 145) circunscreve-se ao

conjunto de discursos efetivamente pronunciados: e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos.

Essa forma de situar a noção de arquivo obriga a tomar o discurso como uma prática, ou seja, como aquilo que se torna visível à medida que ingressa na ordem do dito, do lembrado, do utilizado e do aceito como verdadeiro ou falso. Trata-se, ademais, de uma forma de se posicionar ante as práticas; um modo, portanto, seja de a elas aderir, seja de as interrogar.

É nesse âmbito que se desenrola a circulação dos enunciados, os quais não se reduzem a frases ou a proposições que encobririam um sentido secreto que caberia ao pesquisador desvelar. Os enunciados são de natureza precisamente performativa.

Tal como explicitam Aquino & Val (2018, p. 47),

é necessário enveredar pelo arquivo sem realizar interpretação dos textos selecionados, sem vasculhar por detrás ou além deles em busca de um sentido latente ou perdido, enfim, sem tentar legitimá-los ou os invalidar. Isso porque a peleja analítica não se esgota nos documentos, embora deles não prescindia.

A segunda dimensão do trabalho arquivístico define-se em termos da atividade associada à definição do problema investigativo e dos documentos selecionados, bem como ao tratamento analítico desses documentos. Tal dimensão sustenta-se no reconhecimento de duas impossibilidades e de uma característica do arquivo quando empregado como elemento de pesquisa. A primeira impossibilidade refere-se ao fato de “é evidente que não se pode descrever exaustivamente o arquivo de uma sociedade, de uma cultura ou de uma civilização; nem mesmo, sem dúvida, o arquivo de toda uma época” (Foucault, 1987, p. 150); a segunda refere-se à limitação em termos da distância necessária para descrever o arquivo da própria época, uma vez que ele é “incontornável em sua atualidade” (Foucault, 1987, p. 150). A característica refere-se ao fato de o arquivo se apresentar por “fragmentos, regiões e níveis, melhor, sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o tempo dele nos separa” (Foucault, 1987, p. 150).

Os três elementos reunidos abrem caminho para a construção de arquivos específicos para determinada investigação, sempre que eles sejam localizáveis em uma região discursiva particular e em um período histórico delimitado, ainda que a pergunta de pesquisa se ocupe das condições de emergência e das linhas de procedência de problematizações contemporâneas.

Um breve exemplo do procedimento aqui em tela pode ser encontrado na pesquisa a cargo de Gisela Maria do Val (2016), conduzida junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Ao focalizar as conexões históricas entre os campos jornalístico e educacional, o estudo devotou-se aos efeitos, em termos de governo populacional, da circulação do primeiro jornal impresso no Brasil, após a instalação da Coroa portuguesa no Rio de Janeiro em 1808. O enfrentamento dos documentos (todas as edições do jornal entre seu nascimento em 1808 e seu

desaparecimento em 1822) obrigou um deslocamento tal na composição do arquivo que se fez necessário abarcar dois outros conjuntos de fontes distantes da problemática em voga, alargando sobremaneira o escopo empírico inicial da investigação. Isso porque, para que fosse possível situar a contento a emergência da problemática do ordenamento populacional por intermédio de práticas simultâneas de informação e educação que se davam por meio jornal pesquisado, foi necessário formular um percurso genealógico que foi disparado pelo terremoto de Lisboa em 1755, retroagiu à criação da Biblioteca Real de Portugal e atingiu seu termo com a implementação da *Gazeta do Rio de Janeiro* e seus desdobramentos tantos.

Tal como evidenciada no exemplo acima, a construção do arquivo da pesquisa resulta do trabalho sobre determinadas fontes documentais selecionadas de acordo com o assunto, tema ou problema a ser tratado. Se compreendido à luz da arqueogenealogia, o documento “não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (Foucault, 1987, p. 7). Trata-se, pois, de tomá-lo como uma superfície de inscrição na qual ficaram registradas a aparição, a transformação e a articulação dos enunciados de um discurso já pronunciado. A técnica de leitura empregada para tratar os documentos permite reconhecer o conjunto de regras que efetivamente definiram o dizível e o visível na ordem do discurso. Ao longo desse exercício, é possível identificar os planos de divisão e as formas de agrupamento dos enunciados em um discurso determinado: os documentos fazem parte do domínio enunciativo do discurso, por meio do qual é possível reconhecer as regras da formação discursiva da qual fazem parte.

A leitura e o tratamento dos documentos produzem não apenas o arquivo, mas também as ferramentas para sua análise. Na produção do arquivo de uma pesquisa de orientação arqueogenealógica, emergem as noções, os conceitos e as categorias que orientarão a análise em termo de séries, matrizes ou ferramentas conceituais. Por tal razão, trata-se menos da proposição de etapas ou atividades sequenciais da pesquisa, e mais de um modo singular de pensar e proceder o trabalho investigativo.

Tal forma de lidar com o arquivo supõe a existência de pelo menos dois princípios metodológicos gerais: a dispersão do enunciado e a historicização das práticas. A reboque desta última, em particular, é possível situar a centralidade da noção de prática como ponto de articulação metodológica entre as formas de operar a pesquisa qualitativa, como aquelas tratadas neste texto.

Ambos os princípios e alguns dos conceitos associados a eles – pensamento, racionalidade, procedência e emergência – são responsáveis por determinar tanto a definição do problema quanto a própria questão geradora da pesquisa, além da escolha dos documentos, a forma de abordagem deles e, por fim, sua análise.

O *princípio da dispersão do enunciado*. Trata-se da premissa procedimental que reclama o uso de documentos de diferentes procedências, por meio dos quais se possa deslindar a emergência dos enunciados de uma época. Assim, além de contar, no mínimo, com dois tipos de documentos distintos, é necessário que eles sejam registros procedentes de instituições distintas ou que sejam produtos de práticas sociais diferentes. Privilegiar a proveniência desigual dos documentos oferece uma oportunidade ímpar para a construção do arquivo, isto é, para a identificação das regras de formação discursiva de uma época. Em termos gerais, pode-se dizer que a disparidade quanto à proveniência dos documentos tratados garante a construção de um arquivo no qual seja possível perspectivar as regras que regem a produção de uma prática. Somente pela diferença de autores e pela sistematicidade dos documentos torna-se perceptível o predomínio de determinados enunciados. É nesse momento que se define, como derivação da leitura documental, a ferramenta de análise mais pertinente.

Atentar para o princípio da dispersão do enunciado permite descrever os conceitos em uso em um determinado contexto segundo

sua dispersão anônima através de textos, livros e obras; dispersão que caracteriza um tipo de discurso e que define, entre os conceitos, formas de dedução, de derivação, de coerência, e também de incompatibilidade, de entrecruzamento, de substituição, de exclusão, de alteração recíproca, de deslocamento, etc. (Foucault, 1987, p. 67).

A título de exemplificação: a construção do maior arquivo documental em chave arqueológica na América Latina foi resultado do trabalho de recuperação da historicidade da prática pedagógica na Colômbia, realizado pelo grupo de pesquisa *História da Prática Pedagógica* (GHPP). Trata-se de um trabalho sistemático de quatro décadas que envolve um período de quatro séculos, o qual requereu a participação de engenheiros em sistemas, bibliotecários e historiadores, assim como a produção de um vocabulário controlado de educação e pedagogia. Por meio dessa tarefa, foi possível experimentar o uso de técnicas e ferramentas para flagrar a dispersão discursiva do arquivo: a *leitura temática*. Essa técnica consiste na desarticulação da suposta unidade dos textos em suas temáticas ou ideias principais. Uma vez que os enunciados são destrinchados, inicia-se o processo de rearticulação das temáticas em blocos segundo suas próprias referências, no intuito de identificar os enunciados constituintes que atravessam os diferentes textos analisados. Por meio dessa técnica, realizam-se a seleção e o processamento dos documentos em quatro momentos: localização e recuperação dos documentos; pré-leitura da documentação; tematização documental; e integração de resultados (Zuluaga, 1999). A tematização documental encontra-se no âmago metodológico das investigações conduzidas pelos pesquisadores vinculados ao grupo nos últimos 40 anos, e exemplos de seu uso em pesquisas de menor escala e das análises derivadas de seu uso podem ser encontrados em trabalhos como os de Sáenz, Saldarriaga y Ospina (1997), Noguera (2012), Marín-Díaz (2015), entre outros.

O *princípio da historicização das práticas*. Este, por sua vez, funda-se na pergunta ontológica quanto ao modo como chegamos a nos constituir como hoje somos. Trata-se da pergunta voltada à história das práticas – das técnicas, do *télos* que elas inventam ou articulam, bem como do efeito que elas têm, que nem sempre respondem aos fins propostos – segundo suas condições de proveniência e de emergência. As práticas consistem, assim, no domínio privilegiado de análise na perspectiva arqueogenealógica. Elas “são sempre manifestas; não remetem a algo fora delas que as explique, mas seu sentido é imanente. [...] Tanto o que se diz quanto o que se faz são positivamente. As práticas, em suma, sempre estão ‘em ato’ e nunca são enganosas” (Castro-Gómez, 2010, p. 28).

Em suma, a análise arqueogenealógica sugere uma leitura em uma perspectiva histórica das práticas. Isso supõe assinalar as condições de aparecimento e o caráter mutável e contingente das práticas produzidas pelos grupos humanos. Historicizar as práticas exige, ainda, o reconhecimento de seus dois elementos constitutivos: as técnicas de que se valem e os fins que perseguem. Destarte, parte-se do pressuposto de que as técnicas se articulam a formas de pensamento e racionalidades diferentes, fazendo com que elas sirvam a outros propósitos e que se configurem como práticas diferentes. Ou seja, as técnicas atualizam a si próprias e aos dispositivos aos quais se incorporam, produzindo práticas (discursos) diferentes. Assim, segundo essa perspectiva, as técnicas podem ser deslocadas de um campo a outro, de um momento histórico a outro. Sua história é, portanto, relativamente autônoma (ainda que não totalmente) em relação aos processos econômicos, sociais, políticos dos grupos humanos nos quais se inserem ou nos quais se produzem: “Não há relação completa e idêntica entre as técnicas e os *tele*: podem-se achar as mesmas técnicas em diferentes *tele*, mas há relações privilegiadas, algumas técnicas privilegiadas relacionadas com cada *télos*” (Foucault, 2001, p. 275).

Nietzsche (1887/1998), ao realizar a genealogia dos procedimentos de castigo, afirma que quando analisamos práticas (*télos* e técnicas) precisamos levar em conta que as técnicas e/ou procedimentos podem ser utilizados, reajustados e interpretados por práticas radicalmente distintas.

A causa da gênese de uma coisa e a sua utilidade final, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem *toto caelo* [...] Mas todos os fins, todas as utilidades são apenas indícios de que uma vontade de poder se assenhoreou de algo menos poderoso e lhe imprimiu o sentido de uma função; e toda história de uma “coisa”, um órgão, um uso pode, desse modo, ser uma ininterrupta cadeia de signos de sempre novas interpretações e ajustes, cujas causas nem precisam estar relacionadas entre si, antes podendo se suceder e substituir de maneira meramente casual (Nietzsche, 1887/1998, p. 65-66).

As práticas surgem precisamente no cruzamento do *télos* e das técnicas. Elas inscrevem-se na trama de relações de poder, na tensão de um jogo de forças que possibilita seu aparecimento, e, portanto, não são independentes dessas forças (Foucault, 2008a). Ainda que as técnicas sejam relativamente autônomas em relação ao conjunto de relações de poder que possibilitaram sua emergência, as práticas *singulares e múltiplas* às quais elas se ligam em determinados momentos as tornam parte dessa engrenagem que “não é a simples somatória das práticas singulares e heterogêneas que a conformam, mas que funciona conforme as regras” (Castro-Gómez, 2010, p. 29). Tais *esquemas práticos* que se organizam, nos diferentes momentos históricos e para distintos grupos sociais, são produtos da apropriação e do assenhoreamento que as relações de poder operam sobre determinadas técnicas, tornando-as formas visíveis e dizíveis (Marín-Díaz, 2014).

Sendo assim, quatro conceitos figuram de modo central para compreender e operar os princípios que orientam o trabalho com o arquivo na perspectiva arqueogenealógica: pensamento, racionalidade, proveniência e emergência.

Em primeiro lugar, o pensamento não é visto como as formulações teóricas ou as formulações da filosofia e da ciência, ainda que ele as atravesse e as defina. Entende-se, então, que o pensamento se revela em todas as maneiras de dizer, de fazer e de se conduzir, por meio das quais os indivíduos se expressam e agem ora como sujeitos de conhecimento, ora como sujeitos éticos ou jurídicos, ora como sujeitos conscientes de si e dos outros. O pensamento é considerado, então, como a forma mesma da ação, “na medida em que esta implica o jogo do verdadeiro e do falso, a aceitação ou exclusão da regra, a relação consigo mesmo e com os outros” (Foucault, 1994, p. 579-580).

Em segundo lugar, a racionalidade supõe a existência de certa lógica que opera tanto nas instituições quanto na conduta dos indivíduos nas relações sociais e políticas. Tal racionalidade age como um programa que orienta o conjunto das condutas humanas, e é por isso que, mesmo nas formas mais violentas da conduta, é possível reconhecer uma racionalidade orientando tal ação. O pensamento, por sua vez, corresponde a uma racionalidade que se organiza em certo tempo e por grupos sociais determinados. Assim, racionalidade e pensamento não respondem a vontades de indivíduos particulares; eles produzem-se, atualizando-se no seu acontecer histórico e nas condições particulares dos espaços sociais onde se desdobram. Pode-se falar, portanto, em múltiplas racionalidades que operam segundo lógicas diferentes e que devem ser estudadas em sua singularidade, mas que não englobam toda a sociedade. Em outras palavras, nessa perspectiva proposta por Foucault, entende-se como prática o *sistema de ação* que rege o pensamento (Foucault, 1994).

Em terceiro lugar, ao se ocupar da análise histórica das práticas, desponta a noção de proveniência de determinadas práticas em termos da necessidade de [...] reencontrar, sob o aspecto único de uma característica ou de um conceito, a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram. [...] Seguir o filão complexo da proveniência é, [portanto], manter o que se passou na dispersão que lhe é própria; é situar os acidentes, os ínfimos desvios — ou pelo contrário, as completas inversões —, os erros, as falhas de apreciação, os cálculos errôneos que fizeram nascer o que existe e que tem valor para nós; é descobrir que, na raiz do que conhecemos e do que somos, não há absolutamente a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente (Foucault, 2008c, p. 265).

Traçar a proveniência de uma prática consiste em descrever, por meio da análise do arquivo, as pegadas da formação, da transformação e do ajuste de determinadas

técnicas, portadoras de certos propósitos em um momento particular. Trata-se de seguir o fio técnico ou os nexos que ligam as práticas aos dispositivos de poder, configurando modos concretos de praticar a vida.

Em quarto e último lugar, destaca-se a pergunta pela emergência, pelas condições que acompanharam o aparecimento e a articulação de um conjunto de práticas modernas e contemporâneas. Com isso, o que se procura perspectivar é

[...] a entrada em cena das forças; é sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores ao palco. Cada uma com o vigor e a jovialidade que lhe é própria. [...] Enquanto a proveniência designa a qualidade de um instinto, sua intensidade ou seu desfalecimento e a marca que ela deixa em um corpo, a emergência designa um lugar de confrontação; é [...] um 'não lugar', [...] ninguém é, portanto, responsável por uma emergência, ninguém pode se atribuir a glória por ela; ela sempre se produz no interstício (Foucault, 2008c, p. 267).

A emergência é entendida, então, como acontecimento discursivo, como o ponto de surgimento de um discurso que é “princípio e lei singular de um aparecimento” (Foucault, 2008c, p. 267). Trata-se, então, de uma novidade possível somente em determinada composição de forças, e, por isso mesmo, a emergência é sempre particular e única.

Quando se assinala que, nessa perspectiva, se visa perspectivar tanto a proveniência quanto a emergência de uma série de exercícios, de técnicas e, de forma mais ampla, de práticas, salienta-se que o foco da proposta reside na identificação no arquivo do acontecimento discursivo a partir do qual se definiu aquilo que foi considerado como verdadeiro ou falso em determinados momentos históricos. Trata-se também de identificar os modos como, por meio desses acontecimentos discursivos, se estabeleceram as formas particulares de relação dos sujeitos consigo mesmos e com os outros num grupo social específico e em um tempo histórico também específico.

O arquivo e a pesquisa qualitativa

O diálogo por nós realizado entre as perspectivas sociológica e arqueogenealógica, no que diz respeito às potencialidades do uso de arquivos na pesquisa educacional de cunho qualitativo, não teve o propósito de formular nenhum tipo de embate epistemológico entre ambas as frentes teóricas. Ao contrário, interessou-nos promover uma espécie de articulação dialógica de ambas, ainda mais se tivermos em mente que ambas têm a noção de crítica como horizonte analítico comum.

Isso porque a construção do objeto de investigação supõe uma atitude de suspensão, a qual envolve uma abertura às noções existentes sobre a prática em análise e, simultaneamente, “uma confiança ambígua” (Mills, 1982, p. 213) em relação às teorizações e dados já disponíveis.

Nessa direção, o arquivo se conforma a partir da perspectiva de porosidade aos acontecimentos investigativos. Não há, inicialmente, um recorte claro. Há que se abrir para a heterogeneidade que contorna determinado problema/questão de pesquisa: como se fala sobre o objeto, para quem se fala, quais são os lugares institucionais de enunciação. Nesse momento de construção do arquivo, não há uma delimitação clara entre o que é academicamente consagrado e o que circula no senso comum.

O avizinhamo entre as fontes constituintes de determinado arquivo possibilita novas perguntas sobre o problema/questão de pesquisa. Porém, não se trata apenas da disposição de um novo conjunto de dados, mas de sua remontagem arquivística. A atitude crítica em relação aos dados constituídos, por meio da verificação de seus deslocamentos a partir da história do problema/questão em análise, permite não apenas conhecer, mas também deslocar os sentidos atribuídos socialmente, na atualidade, ao que está sendo pesquisado. Assim, o arquivo com que trabalhamos converte-se em uma instância pulsante e interpeladora da “realidade”, a qual pode ser explorada em várias direções.

Mediante a profusão de caminhos argumentativos possíveis, alguns apoios teóricos devem ser eleitos. Trata-se de escolhas feitas obrigatoriamente, uma vez que o arquivo é sempre mais amplo do que aquele que flagramos em nossas pesquisas.

Esse caráter de excesso é, precisamente, o que lhe concede a vantagem analítica que almejamos.

O gesto fulcral, que reúne as precauções metodológicas em torno da problemática em análise, é a configuração da emergência temporal do problema/questão da pesquisa. Esta se dá a partir de lutas sociais, consubstanciada em uma arena discursiva que envolve instituições, movimentos sociais e novos discursos, permitindo relacionar os níveis analíticos micro e o macro implicados no evento sob investigação.

Assim, é fundamental ter em mente que a análise do arquivo não se presta a operar uma exegese dos discursos da época, tampouco uma leitura hermenêutica deles. Graças ao trabalho paciente com as fontes que elegeram, o pesquisador torna-se capaz de captar determinadas inflexões da própria atualidade na superfície do que se diz, descrevendo criticamente seu funcionamento e sua dispersão entre diferentes práticas, estas responsáveis por doar forma aos problemas/questões a que nos dedicamos no âmbito da pesquisa.

Eis aqui dispostos os principais contornos da experiência investigativa da pesquisa educacional por nós vislumbrada, sem, contudo, nenhuma intenção prescritiva. Antes de se configurar como uma metodologia, a discussão por nós proposta ateu-se à proposição da noção de arquivo como uma maneira de conceber e, ao mesmo tempo, de se conduzir na lida investigativa.

Por meio da noção de arquivo, novos e indeterminados horizontes abrem-se às investigações de base qualitativa, franqueando-lhes concomitantemente originalidade e rigor crítico.

Referências

- AQUINO, J. G., & VAL, G. (2018). Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional. *Pedagogía y Saberes*, 49, 41-53.
- BOURDIEU, P. (2004). Introdução a uma sociologia reflexiva. In: P. BOURDIEU. *O poder simbólico* (pp. 17-58). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, P. (2007). *Ofício de sociólogo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- CASTRO, E. (2009). *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- CASTRO-GÓMEZ, S. (2010). *Historia de la gubernamentalidad*. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Javeriana, Instituto pensar, Universidad Santo Tomás.
- FOUCAULT, M. (1987). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- FOUCAULT, M. (1994). Préface à l'Histoire de la Sexualité. In M. FOUCAULT. *Dits et écrits IV* (pp. 578-584). Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (2001). Sobre la genealogía de la ética: una visión de conjunto de un trabajo en proceso. In: H. DREYFUS & P. RABINOW. *Michel Foucault más allá del estructuralismo y la hermenéutica* (pp. 261-286). Buenos Aires: Nueva Visión.
- FOUCAULT, M. (2006). *Seguridad, territorio, población*. Curso en el Collège de France (1977- 1978). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, M. (2008a). Estruturalismo e pós-estruturalismo. In M. FOUCAULT. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 307-334). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (2008b). Michel Foucault explica seu último livro. In M. FOUCAULT. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 145-152). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (2008c). Nietzsche, a genealogia, a história. In M. FOUCAULT. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 260-281). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- KOWALEWSKI, D. P. (2017) Experiência-Brasil: diversidades, diferenças, educação. In M. G. J. Setton et al. (Orgs.). *Mérito, desigualdades e diferenças: cenários de (in)justiça escolar no Brasil e em Portugal*. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas.

- LENOIR, R. (1998). Objeto sociológico e problema social. In: D. MERLLIÉ et al. *Iniciação à prática sociológica* (pp. 59-106). Petrópolis: Vozes.
- MARÍN-DÍAZ, D. (2014). En búsqueda de la felicidad y el éxito: vidas ejercitantes y educación. *Revista Colombiana de Educación*, 65, 177-198.
- MARÍN-DÍAZ, D. (2015). *Autoajuda, educação e práticas de si*. Genealogia de uma antropotécnica. Belo Horizonte: Autêntica.
- MILLS, C. W. (1982). *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- NIETZSCHE, F. (1998). *Genealogia da moral*. Uma polêmica. São Paulo: Companhia das letras.
- NOGUERA, C. (2012). *El gobierno pedagógico*. Del arte de educar a las tradiciones pedagógicas. Bogotá: Siglo del Hombre editores.
- SAÉNZ, J., & SALDARRIAGA, O. y OSPINA, A. (1997). Mirar la Infancia: pedagogía, moral y modernidad en Colombia. Colombia: Ediciones Foro Nacional por Colombia, Ediciones Uniandes, Editorial Universidad de Antioquia, Clío.
- SCHILLING, F., & FERREIRA, P. (2016). Figuras da infância: inscrições, circunscrições e incêndios. *Childhood & Philosophy*, 12, 111-136.
- SCHILLING, F., & MAGALHÃES, G. M. (2012). Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. *Pro-Posições*, 23, 57-76.
- VAL, G. M. (2016). Um terremoto, uma biblioteca, um jornal: a emergência de uma nova ordem social pelos impressos luso-brasileiros nos séculos XVIII e XIX (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo).
- ZULUAGA, O. (1999). *Pedagogía e historia*: la historicidad de la pedagogía, la enseñanza, un objeto del saber. Colombia: Anthropos.